

MIGRAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA – SANTA CATARINA

Lauro Mattei
Email: l.mattei@ufsc.br
Francieli Lagni Henriques.
Email: franlanhi@hotmail.com

Resumo

A mudança de domicílio para outra região, estado ou país é algo que já acontece a muito tempo, uma vez que migrar faz parte da realidade humana. Entretanto, os fluxos populacionais são influenciados geograficamente por fatores interligados ao desenvolvimento econômico de cada região. Portanto, é importante analisar as condições em que ocorrem os processos migratórios e os fatores que os influenciam. Nesse sentido, este estudo aborda a migração na microrregião de Joaçaba no período entre 2000 e 2010 com o objetivo de compreender as características gerais desse movimento migratório de caráter microrregional. Após fazer um breve debate sobre as distintas interpretações teóricas, analisou-se um conjunto de informações para cada uma das três secretarias de desenvolvimento regional, calculando-se o saldo migratório e as próprias taxas de migração. A principal conclusão do trabalho é que a Microrregião de Joaçaba continua sendo uma região com saldos migratórios negativos, o que significa que é um espaço geográfico que libera pessoas para outros locais do estado de Santa Catarina e do próprio país.

Palavras-chave: Santa Catarina, Migrações, Microrregião de Joaçaba

INTRODUÇÃO

A Microrregião de Joaçaba pertence à mesorregião Oeste Catarinense e seu processo de colonização ocorreu entre as décadas de 1910 e 1960. A grande maioria dos colonizadores eram descendentes de italianos que migraram da serra gaúcha, especialmente das cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves (RS), os quais foram atraídos pelas propagandas governamentais que enfatizavam a possibilidade de recriação de suas práticas culturais e econômicas (SANTOS, 1998).

Em razão da abundância de terras férteis e com preços acessíveis, clima favorável, proximidade com a estrada-de-ferro e a quantidade de mão-de-obra que migrou para essa região, o comércio local cresceu rapidamente. Inicialmente a economia foi comandada pela agricultura familiar voltada ao mercado e integrada às agroindústrias, sendo que atualmente em toda a região Oeste ocorre o predomínio das atividades econômicas ligadas direta ou indiretamente às agroindústrias.

Também conhecida como Vale do Rio do Peixe, a microrregião de Joaçaba é composta por 27 municípios dentro os quais, 11 são banhados pelo Rio do Peixe. Nesta microrregião estão localizadas três Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), a de Caçador, de Joaçaba e de Videira. A secretaria de desenvolvimento regional de Joaçaba é composta pelos municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d' Oeste, Jaborá, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tilhas e Vargem Bonita, conforme FIGURA 1. A SDR de Caçador contém os municípios de Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande (FIGURA 2); e a SDR de Videira abrange os municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará e Videira, conforme FIGURA 3. (SDR, 2010)



FIGURA 1 – SDR de Joaçaba
Fonte: Governo de Santa Catarina, 2011



FIGURA 2 – SDR de Caçador
Fonte: Governo de Santa Catarina, 2011

1 – BREVES NOTAS SOBRE INTERPRETAÇÕES DAS MIGRAÇÕES

Migração é um fenômeno estudado de uma forma muito heterogênea, são diversos os enfoques que se tem a respeito do processo de deslocamento populacional, derivados da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia. As teorias produzidas sobre migração sofreram mudanças e estiveram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico. Na Economia, particularmente, existe duas correntes teóricas que interpretam e analisam o problema: a neoclássica e a estruturalista.

No primeiro caso destacam-se os estudos de Ravenstein (1980) que em sua obra “As Leis da Migração” analisou os movimentos migratórios com base em dados estatísticos do Censo Populacional do Reino Unido de 1881. Tendo a sensação de que a migração parecia ocorrer sem qualquer lei definida, ele formulou as “leis da migração” visando demonstrar a influência dos fatores econômicos sobre a decisão de migrar.

Em sua obra são citados diversos fatores que ocasionam uma decisão de migração, como por exemplo, o clima, o solo, vegetação, recursos naturais, nível de desenvolvimento econômico, educação, religião, tecnologia, urbanização e emprego. Além disso, o autor classifica os fluxos migratórios em migrantes locais de curtas e médias distâncias e migrantes temporários – caracterizados pela população “flutuante”.

O autor identificou que os motivos econômicos são as principais causas que levam ao deslocamento das pessoas, principalmente pelas diferenças econômicas existentes, pelo desejo de melhorar de vida e o êxodo rural. E com base nos comentários de Everett Lee, identificou a influência que os novos recursos técnicos (desenvolvimento dos meios de locomoção, indústria e comércio), a informatização e a informação exercem.

Para Ravenstein (1980, p.26) as grandes cidades proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas possa habitar. Assim, o autor afirmou que a procura de mão-de-obra nos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias. Essas formulações estão na base da fundamentação neoclássica, que qualifica o fenômeno da migração vontades espontâneas vontades dos indivíduos a se deslocarem, especialmente influenciadas pelas possibilidades de se obter maiores vantagens econômicas.

Segundo Salim (1992) na ótica neoclássica, os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos - ou seja, a mesma lógica locacional das

firmas, em que o indivíduo vai agir racionalmente calculando os custos e benefícios que terá desenvolvendo sua curva de utilidade. No centro do processo migratório há uma decisão de um indivíduo entre a permanência ou a migração, tendo em vista a posse de informações sobre as características das possíveis regiões de mudança, e o contexto da situação individual e coletiva.

Em síntese, para a teoria neoclássica os fatores de migração no local de origem e de destino podem ser positivos, negativos ou nulos, sendo que o saldo desses fatores somado aos obstáculos intervenientes e fatores pessoais é quem determina a decisão de migrar. Desse modo, a explicação de migração nos indica que são os fatores positivos e negativos que levaram as pessoas a migrarem das áreas consideradas repulsivas (Push) para áreas de atração (Pull).

Já a linha teórica estruturalista dá ênfase às relações sociais e mudanças estruturais como determinantes dos fluxos e não aos cálculos individuais. Autores desta corrente de pensamento dão outro tipo de tratamento aos processos migratórios, uma vez que consideram que os fluxos migratórios ocorrem em decorrência das novas necessidades e ditames que o desenvolvimento econômico passa a exigir.

No caso brasileiro, esta corrente contou com a grande contribuição do economista Paul Singer. Para este autor, a migração está historicamente condicionada aos processos de industrialização e do desenvolvimento econômico, uma vez que as migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial das atividades econômicas. Desta forma, Singer entende que o estudo das migrações deixa de ter sentido quando tratado como um movimento de indivíduos, pois as livres e espontâneas vontades dos indivíduos são modificadas.

Há dois fatores que, segundo o autor, atuam em conjunto provocam os deslocamentos populacionais. O primeiro é o fator de expulsão (divididos em fatores de mudança e os fatores de estagnação) e o segundo é o de atração. Os fatores de expulsão das regiões são ocasionados pelas transformações ocorridas na área de origem e problemas sociais postos pela nova realidade da sociedade, como os excedentes econômicos, as transformações no mundo do trabalho - decorrentes da industrialização e globalização - e o crescimento exorbitante das cidades. Os fatores de mudanças se referem a introdução de formas capitalistas com novas técnicas de produção, causando um aumento da produtividade local e conseqüentemente redução do nível de emprego, influenciando na migração para outras áreas.

Já os fatores de estagnação associam-se pela escassez de recursos que gera a impossibilidade de se obter ganhos de produtividade da terra, assim há pressão populacional sobre os meios de produção agrícola, crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas que podem ser limitadas principalmente pela monopolização dos grandes proprietários ou pela insuficiência física de áreas produtivas, orientando então o movimento migratório para regiões beneficiadas por fatores de atração.

Os fatores de atração determinam as áreas para as quais se direcionam os fluxos migratórios, os fatores que contribuem para essa atração variam desde oferta de serviços públicos até demanda para força de trabalho (considerada o fator mais importante, pois faz parte das expectativas de rendimento dos indivíduos). Porém existem obstáculos que o migrante irá se deparar, podendo levar a um processo de marginalização.

Levando em consideração esse debate teórico, as próximas seções irão discutir o processo migratório em uma região específica do estado de Santa Catarina. Para tanto, inicialmente caracteriza-se a mesma para, posteriormente, buscar compreender os fatores envolvidos naquele espaço geográfico que interferem no processo migratório.

2- PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIOECONÔMICAS DA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA (SC)

A região do Oeste e Meio Oeste, palco de diversos conflitos, foi a última área a ser colonizada no estado catarinense. A partir de 1917, quando pacificada, conheceu forte colonização de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul - essa colonização foi diferente das demais áreas catarinense, pois foi colonizada pelos descendentes dos imigrantes europeus. Estima-se que naquela época cerca de 300 mil pessoas se deslocaram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

Em 1910 inaugurou-se a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, um ponto importante para a colonização do Vale do Rio do Peixe. Muitos trabalhadores que vieram para construção da ferrovia permaneceram na região, colaborando com o processo de colonização da mesma, sendo o primeiro povoado estabelecido em torno da estação ferroviária e chamou-se “Colônia Bom Retiro” - atualmente encontram-se próximo a cidade de Joaçaba. Em 1923 formaram-se os municípios de Capinzal, Piratuba e Concórdia (REGENSBURGER, 2006).

Juntando os imigrantes que chegaram nessa região, a pavimentação de estradas e as demarcações territoriais feitas pelas companhias de colonização - esse território destacou-se economicamente, principalmente pela exploração de madeira e erva mate e de pequenas

atividades agropecuária – formando-se o sistema capitalista de produção local. (GOULARTI FILHO, 2010).

O bom conhecimento das atividades agrícolas dos imigrantes, como a criação de animais (destacando os suínos e aves) e as atividades de subsistência, somado à disponibilidade de boas terras para a agricultura, explica o destaque de todo o Oeste e Meio Oeste como área fornecedora de alimentos e seu papel fundamental no setor primário da economia catarinense.

No oeste e meio oeste catarinense a produção agropecuária ganhou destaque através do cultivo de produtos básicos como milho, arroz e feijão, e com criação de animais como aves e suínos. Os minifúndios que ali se estabeleceram foram fator chave para a implantação da agroindústria, que somados ao suporte do estado, destacou-se como pólo produtor de produtos agropecuários. Nessa época, no meio oeste, destaca-se o surgimento dos frigoríficos da Perdigão em Videira e Ouro (1938), em Capinzal e Pagnoncelli (1942) e em Herval do Oeste. (REGENSBURGER, 2006)

Especificamente em relação à região de Joaçaba, a circulação de riqueza proveniente da produção de trigo também contribuiu para o surgimento de novas atividades, como o de máquinas industriais e agrícolas. Outro setor que se desenvolveu e se destacou na região foi o metal-mecânico (REGENSBURGER, 2006). Com isso, segundo essa autora nos anos de 1960 a cidade de Joaçaba possuía um parque industrial desenvolvido nas áreas de motores, turbinas hidráulicas e máquinas e equipamentos agrícolas, além dos tradicionais moinhos de trigo e fábricas de móveis. Todavia, todas essas atividades sempre guardaram uma relação próxima com as atividades agropecuárias.

Este cenário sofreu profundas alterações a partir da década de 1980, quando a crise econômica geral do país também afetou a região. A partir de então esta passou a enfrentar problemas para manter a produção agrícola local; a indústria foi parcialmente reestruturada perdendo espaço na produção econômica regional; os avanços tecnológicos e a concorrência capitalista reduziram enormemente as oportunidades de trabalho; houve perda de renda dos produtores rurais, fazendo com que muitos deles tivessem dificuldades para continuar as atividades produtivas; etc. Todos estes fatores aparecem com elementos essenciais para se entender o processo migratório em curso que será discutido na seção seguinte.

De qualquer forma, apresentamos a seguir algumas informações específicas sobre as tendências demográficas recentes da microrregião de Joaçaba. Para tanto, as informações foram analisadas tomando-se como referência as três Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). Agregadamente, segundo IBGE 2010, a população da microrregião de

Joaçaba é composta por 331.681 habitantes, equivalente a 5,3% da população do estado de Santa Catarina. Essa microrregião apresentou um aumento na taxa de crescimento populacional, desde o último censo demográfico realizado em 2000, porém essa taxa foi menor que a do estado (7,4% versus 16,65%).

A tabela 1 apresenta os dados das três SDR's integrantes da microrregião de Joaçaba. Inicialmente. Inicialmente nota-se que a SDR de Videira apresentou a maior taxa de crescimento (8,4%) no período de 2000-2010. Já as demais apresentaram uma taxa de 8% (SDR de Caçador) e 6,1% (SDR de Joaçaba). Conforme o censo de 2010 do IBGE, a população das SDR's de Joaçaba, Caçador e Videira são compostas por 123.615 habitantes, 103.962 habitantes e 104.104 habitantes, respectivamente.

O município de Caçador com seus 70.762 habitantes é o mais populoso da microrregião, seguido por Videira com 47.188 habitantes, Fraiburgo com 34.553 habitantes e Joaçaba com 27.020 habitantes. Esses municípios respondem por 54% da população da microrregião.

TABELA 1 – Distribuição Espacial da População – Microrregião de Joaçaba

SDR's	Número de Habitantes - Área Rural e Urbana (2000-2010)			
	2000		2010	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
	TOTAL		TOTAL	
Caçador	25.736	70.469	21.106	82.883
	96.205		103.989	
Joaçaba	34.691	81.720	26.900	96.715
	116.411		123.615	
Videira	21.575	74.398	17.567	86.537
	95.973		104.104	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Quanto à distribuição populacional segundo o gênero, O Censo do IBGE de 2010 apontou que na microrregião as mulheres representam 50,25% da população, e os homens 49,74%, tendo uma divisão quase igualitária. Já nas SDR's, a única secretaria que os homens correspondem a uma pequena porcentagem maior é a SDR de Caçador em que os homens correspondem a 50,07%.

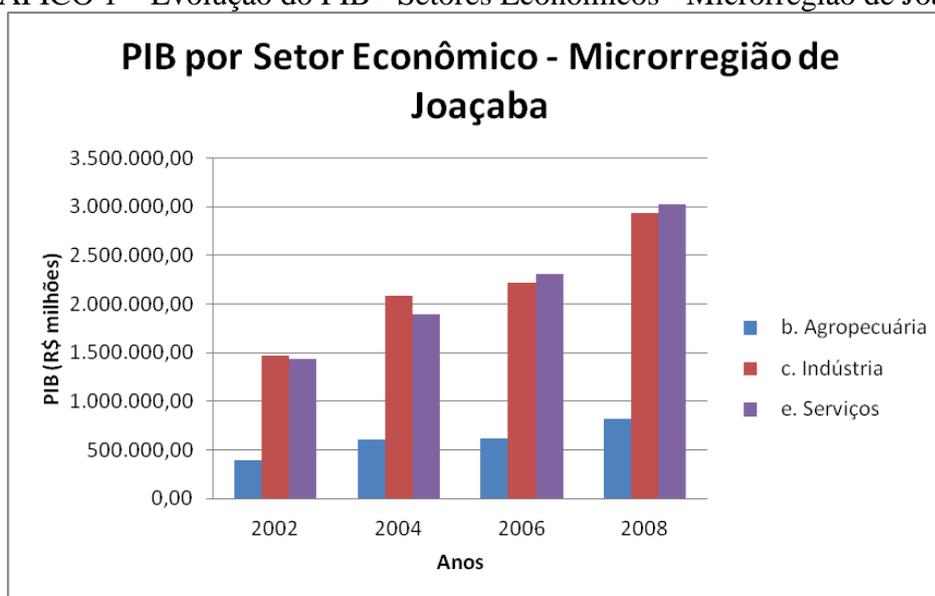
Segundo dados do IPEADATA (2011) a população economicamente ativa da microrregião de Joaçaba no ano de 2000 representava 49,7% da população, e destes 72,7% já se concentravam na área urbana. No período de 1991 a 2000 observou-se que PEA da área

urbana aumentou e o da área rural diminuiu, acompanhando a distribuição da população entre o meio urbano e rural.

Do ponto de vista da estrutura econômica, fator muito destacado nas análises sobre migrações, nota-se que a mesma tem uma pequena contribuição no conjunto do estado, ou seja, a microrregião representa menos de 6% do PIB estadual. Internamente à região a SDR de Joaçaba é responsável por quase 45% do total agregado.

O gráfico 1 apresenta a participação setorial no PIB microrregional no período entre 2002 e 2008. A evolução da participação dos setores econômicos no PIB da microrregião revela que o setor industrial e de serviços respondem pela maior participação no PIB desse período, sendo que nos dois primeiros anos o setor industrial que liderava a maior participação no PIB, mas o setor de serviços passou a predominar a partir de 2006.

GRÁFICO 1 – Evolução do PIB - Setores Econômicos - Microrregião de Joaçaba



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e da Confederação Nacional dos Municípios

O setor agropecuário vem perdendo participação do PIB, sendo que no ano de 2008 representava apenas 11,09% do PIB microrregional. Neste mesmo ano o setor industrial respondeu por 39%, enquanto o setor de serviços contribuiu com 41,03% do PIB. De alguma forma, isso revela que as principais atividades econômicas da microrregião, indústria e serviços, cresceram mais e se distanciaram muito da participação do setor agropecuário.

Em termos de indicadores sociais, verifica-se que as contradições encontradas nas demais regiões do estado também estão presentes na microrregião de Joaçaba, destacando-se que alguns municípios se situam dentre aqueles com os melhores indicadores sociais, enquanto outros figuram no grupo de localidades com sérios problemas nesta esfera.

O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano– Municípios) revela, por exemplo, que a cidade de Joaçaba, com um índice de 0,816, se situa dentre os melhores municípios do Estado. Internamente à microrregião se destacam se destacam positivamente os municípios de Luzerna, Lacerdópolis, Videira e Iomerê. Já os Municípios de Timbó Grande e Calmon apresentam os piores IDH-M da microrregião, com 0,61 e 0,340, o que os coloca dentre os piores índices de desenvolvimento de Santa Catarina. Com isso, nota-se a existência de desequilíbrios sociais na microrregião, pois mesmo que a maioria das localidades apresente bons índices de IDH, alguns municípios não acompanham o mesmo desenvolvimento humano e se situam no grupo estadual com os piores desempenhos.

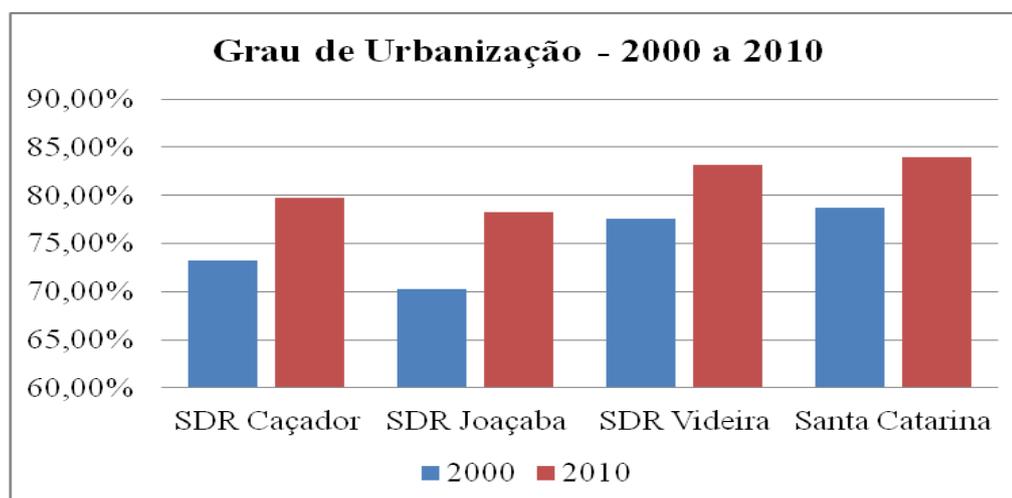
3 – O PROCESSO MIGRATÓRIO NA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA

Como em todo o território estadual, os fluxos migratórios do Vale do Rio do Peixe vêm historicamente acompanhando o desenvolvimento econômico local. A partir dos anos de 1980 o espaço rural passa a perder progressivamente sua parcela de população para o meio urbano. A industrialização, a diversificação nas atividades econômicas e as expectativas de maiores renda nas cidades, chamam a atenção da população - resultando em mudanças na mobilidade espacial.

O gráfico 2 ilustra melhor mostra o grau de urbanização ocorrido nesse intervalo de tempo, nas secretarias da microrregião e no estado de Santa Catarina. A microrregião como um todo apresentou um grau de urbanização em 2010 de 80,23%, acompanhando a média estadual. Com isso, a microrregião de Joaçaba se situava no ano de 2010 em 9º lugar dentre todas as demais microrregiões do estado com maior grau de urbanização, processo este que é liderado pela microrregião da Grande Florianópolis onde esse grau atingiu 95,50% no último censo demográfico.

Os dados do Censo do IBGE de 2010 revelaram também que dos 20 municípios catarinenses com maior êxodo rural, quatro deles se localizam na microrregião de Joaçaba (Catanduvas, Calmon, Piratuba e Capinzal).

GRÁFICO 2 – Grau de Urbanização na Microrregião de Joaçaba e em Santa Catarina entre 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos Populacionais - IBGE

Para facilitar as análises da migração na microrregião selecionada, as informações foram desagregadas por SDRs. De um modo geral, pode-se dizer que a trajetória populacional nos âmbitos das secretarias apresentou uma tendência quase que homogênea, ou seja, verificou-se que em todas as cidades com o maior contingente populacional ocorreram taxas mais elevadas de crescimento mais alta dentre os municípios. Este fato também se repetiu em alguns municípios com população entre de 3.000 a 8.000 habitantes, como foi o caso de Treze Tílias, Catanduvas, Pinheiro Preto e Timbó Grande.

A tabela 2 apresenta o saldo migratório e a taxa líquida de migração da SDR de Joaçaba no período entre 2000 e 2010. Inicialmente, observa-se que a região apresenta um saldo negativo, ou seja, saíram mais indivíduos do que permaneceram no local, caracterizando-se assim como uma área de expulsão populacional. Apenas Catanduvas, Joaçaba e Treze Tílias apresentaram saldos migratórios positivos, destacando-se o caso de Treze Tília com o maior saldo migratório de toda a microrregião de Joaçaba. Já Capinzal – com o pior saldo migratório - e Vargem Bonita foram os municípios que apresentaram a maior taxa negativa de perdas em relação a população de 2010.

TABELA 2 – Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Joaçaba – 2000 a 2010

SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQ. MIGRAÇÃO- SDR JOAÇABA				
Municípios	Saldo População 2000-2010	Mortalidade (Nsc. vivos - óbtos)	SM	TLM %
Água Doce	118	714	-596	-8,56
Capinzal	814	2.737	-1.923	-9,26
Catanduvras	1.264	1.119	145	1,52
Erval Velho	83	245	-162	-3,72
Herval d' Oeste	1.195	1.996	-801	-3,77
Ibicaré	-214	129	-343	-10,17
Jaborá	-153	218	-371	-9,18
Joaçaba	2.954	2.381	573	2,12
Lacerdópolis	26	109	-83	-3,77
Luzerna	28	192	-164	-2,93
Ouro	-47	546	-593	-8,04
Treze Tilhas	1.501	500	1.001	15,79
Vargem Bonita	-365	673	-1.038	-21,66
TOTAL	7.204	11.559	-4.355	-3,52

Fonte: Elaboração própria segundo os dados dos Censos Demográficos – IBGE e Estatística Vitais – DATASUS/MS

A tabela 3 apresenta o saldo migratório e a taxa líquida de migração da SDR de Videira no período entre 2000 e 2010. Inicialmente deve-se registrar que esta secretaria apresentou uma característica diferente, comparada a SDR de Joaçaba, uma vez que nem todos os municípios que tiveram crescimento populacional no período apresentaram saldos migratórios e taxas líquidas positivas de migração. Assim, o saldo migratório total revelou-se negativo, caracterizando a SDR de Videira como uma área de expulsão dentro da microrregião de Joaçaba. Neste caso, notou-se, ainda, que cidades pequenas e com menos de 5 mil habitantes (Salto Veloso, Iomerê e Pinheiro Preto) tiveram saldos migratórios positivos, enquanto Fraiburgo (segunda cidade com maior população na SDR) apresentou a maior perda de população da secretaria, com uma taxa líquida negativa da ordem de 8,20%.

TABELA 3 – Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Videira – 2000 a 2010

SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQ. MIGRAÇÃO- SDR VIDEIRA				
Municípios	Saldo População 2000-2010	Mortalidade (Nsc. Vivos - óbtos)	SM	TLM %
Arroio Trinta	12	161	-149	-4,25
Fraiburgo	1.605	5.530	-3.925	-11,36
Iomerê	186	117	69	2,52
Pinheiro Preto	418	224	194	6,16
Salto Veloso	391	293	98	2,28
Tangará	-80	631	-711	-8,20
Videira	5.599	5.762	-163	-0,35
TOTAL	8.131	12.718	-4.587	-4,41

Fonte: Elaboração própria segundo os dados dos Censos Demográficos – IBGE e Estatística Vitais – DATASUS/MS

A tabela 4 apresenta o saldo migratório e a taxa líquida de migração da SDR de Caçador no período entre 2000 e 2010. Inicialmente A secretaria de Caçador foi aquela que apresentou os piores saldos migratórios. Com isso, representou a maior área de expulsão da microrregião de Joaçaba, uma vez que nenhum dos municípios que compõem essa SDR apresentou saldos migratórios positivos. Além disso, registre-se que o índice negativo do saldo migratório total foi o maior dentre todas as SDR's da microrregião. Nesta parte do território também se localiza o município (Matos Costa) que apresentou a maior taxa migratória em relação à população da microrregião em 2010.

Analisando a microrregião como um todo e comparando-a com a dinâmica estadual, conclui-se que a microrregião de Joaçaba continua sendo uma área de expulsão de população - mesmo com o aumento de sua população de 2000 para 2010 – visto que apresentou saldos migratórios predominantemente negativos, apesar de que um pequeno número de municípios tenha apresentado saldos positivos.

Todavia esses municípios não foram capazes de absorver a maior parte da população que migrou. Isso implica que os migrantes direcionaram-se, em sua maioria, para fora da microrregião – em direção a outras regiões de Santa Catarina ou outros estados. Essa evasão populacional, como afirma Mioto, Lins e Mattei (2010, p.304), “está ligada à falta de perspectiva dos habitantes, principalmente daqueles envolvidos com as pequenas propriedades agrícolas familiares”.

TABELA 4 – Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Caçador – 2000 a 2010

SALDO MIGRATÓRIO - SDR CAÇADOR				
Municípios	Saldo População 2000-2010	Mortalidade (Nsc. vivos - óbtos)	SM	TLM %
Caçador	7.440	10.116	-2.676	-3,78
Calmon	-80	580	-660	-19,49
Lebon Régis	156	1.700	-1.544	-13,04
Macieira	-74	120	-194	-10,62
Matos Costa	-365	358	-723	-25,47
Rio das Antas	14	338	-324	-5,27
Timbó Grande	666	1.139	-473	-6,60
TOTAL	7.757	14.351	-6.594	-6,34

Fonte: Elaboração própria segundo os dados dos Censos Demográficos – IBGE e Estatística Vitais – DATASUS/MS

Os fatores de expulsão - condicionadas as novas formas capitalistas e transformações sociais, conforme explicação de Singer (1980) são predominantes nessa microrregião. Introdução de novas formas de trabalho, diminuição de ganhos na produtividade, dificuldade na manutenção da agricultura, mecanização da produção rural e pouca diversidade econômica na microrregião, tiveram importante papel na expulsão progressivamente da população local, principalmente do meio rural.

Isto porque o desenvolvimento do Vale do Rio do peixe está relacionado à atividade agroindustrial, a qual continua sendo a principal atividade econômica da microrregião de Joaçaba e respondendo pela maior percentagem do produto interno bruto dos municípios que a compõe. Todavia, historicamente essa microrregião se constituiu a partir de uma economia de pequenas produções rurais de agricultura familiar, as quais com o tempo foram sendo comandadas pelas agroindústrias modernizadas. Nesse ínterim, a economia e a distribuição populacional local foram, na mesma proporção, se transformando e acompanhando o crescimento e as mudanças ocorridas na região.

A relação entre o pequeno produtor rural e a agroindústria passou a ser dada através de um sistema de integração, onde a empresa oferece os insumos e o suporte técnico necessário, enquanto o pequeno produtor, integrado ao sistema, participa com a força de trabalho e as instalações necessárias – como, por exemplo, a construções e manutenção de aviários ou chiqueiros. (MIOTO, LINS E MATTEI, 2010)

Tais produtores recebiam por produtividade, mas seus lucros passaram a ser menores dos que obtinham quando agricultura familiar. Criou-se o vínculo de subordinação, que com o

tempo foi se agravando, visto que, as agroindústrias cobravam uma série de exigências que muitos não tinham condições de cumprir, além da restrição de acesso ao crédito para os produtores. Outro problema caracterizou-se no intenso trabalho necessário para garantir a qualidade e produtividade de suas criações (MIOTO, LINS E MATTEI, 2010).

Outro agravante para a região é o fato de que há poucas opções de sustento, uma vez que a agroindústria é atividade que mais dá retorno financeiro para a maioria desses municípios. Também há poucas alternativas econômicas de investimento na região, resultando na falta de perspectivas dos indivíduos e conseqüentemente a migração destes para áreas de atração populacional - que apresentavam maior crescimento econômico.

Mais um ponto a ser destacado é a progressiva saída dos jovens das áreas rurais pela busca de melhores salários e qualificação profissional. Essa população que migra é a que está vinculada ao crescimento vegetativo, resultando em pontos negativos para a localidade devido à estagnação da população ou em um crescimento diminutivo da mesma. (MIOTO, LINS E MATTEI, 2010)

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Migração está historicamente atrelada às mudanças decorrentes do desenvolvimento econômico, principalmente do sistema capitalista que, de acordo com Singer (1980), concentrou a riqueza e as atividades econômicas em alguns espaços geográficos específicos e gerou desigualdades sociais e regionais que se caracterizam como combustível para o processo migratório. Essa mobilidade espacial é entendida dentro de um contexto socioeconômico dinâmico que predomina nos movimentos em direção a locais com melhores índices de desenvolvimento humano, privilegiando os espaços urbanos (HARVEY, 2006).

Recordando que o debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório enfatizam a importância da força de atração ou expulsão que distingue cada região, bem como as características positivas ou negativas que levam as pessoas a migrar ou não, destacando-se neste caso vantagens econômicas, melhor infraestrutura, nível de desenvolvimento humano, ou clima, escassez de alimento, desemprego e até mesmo diferenças culturais.

Levando em consideração essa base teórica, interpretaram-se as características da mobilidade populacional dentro da microrregião de Joaçaba no período entre 2000 e 2010 a partir do processo de colonização, da análise da dinâmica socioeconômica atual e das

mudanças no processo produtivo visando obter mais elementos que contribuem para explicar o movimento migratório em curso nesse espaço geográfico.

Essa microrregião, pertencente ao Meio-Oeste Catarinense e também chamada de Vale do Rio do Peixe, presenciou uma colonização e uma formação econômica em que o imigrante europeu desempenhou um papel decisivo. Eles estabeleceram pequenas atividades comerciais - caracterizadas pela exploração de madeira e erva mate e pequenas atividades agropecuárias (criação de animais com destaque para os suínos e aves), que, com o novo padrão de crescimento econômico, modernizou-se transformando o complexo agrícola-comercial no moderno sistema agroindustrial.

Com relação à economia das secretarias regionais localizadas na microrregião, os setores da indústria e de serviços participam com a maior parcela do PIB, com destaque para a indústria. No geral, essas secretarias apresentam situações econômicas semelhantes, sendo que apenas a secretaria de Caçador teve desempenho socioeconomicamente inferior às demais e saldos migratórios negativos.

Confirmando o fato do comportamento da mobilidade populacional estar ligada ao desempenho econômico, a Microrregião de Joaçaba pode ser caracterizada como uma microrregião pouco dinâmica, particularmente território com poucas atrações populacionais. Mesmo possuindo certo número de empregos em vários setores econômicos, as secretarias não comportam grande parte da população economicamente ativa e não oferecem grandes vantagens econômicas em outras áreas; além de apresentar um índice de urbanização alto e progressivo, principalmente entre os jovens, e falta de incentivos e estímulos para os produtores rurais dessas localidades. Por consequência, saldos migratórios são negativos, com um maior número de indivíduos saindo do que permanecendo na microrregião.

A falta de dinamismo da região e os problemas com os pequenos produtores rurais são os principais fatores que afetam negativamente essa região. Desde os anos de 1990, o setor primário enfrenta uma série de dificuldades associada às mudanças econômicas, como os avanços tecnológicos nas atividades agrícolas, a abertura comercial, a diminuição da renda dos produtores, e as próprias exigências das grandes agroindústrias que acabam eliminando os agricultores anteriormente integrados.

Outros setores econômicos que possibilitariam a diversificação das atividades e acrescentariam renda ao produtor rural poderiam contribuir para a manutenção das pessoas nas atividades rurais, bem como aumentar o número de empregos na área rural microrregional. Dentre essas atividades destacam-se o turismo rural, pecuária leiteira, industrialização rural, comercialização de outros produtos rurais, investimento em educação,

etc. Isso tornaria a área rural mais atrativa e possibilitaria a permanência dos jovens nesse espaço geográfico, contribuindo para a continuidade dessa atividade produtiva, além da diversidade de produção que agrega a economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**). Censo demográfico (2000). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 5 out. 2011.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA**). IPEADData. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 5 out. 2011.

BRASIL, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (**PNUD**). Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil (2000). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20decrescente%20%28pelo%20dados%20de%202000%29.htm>>. Acesso em: 15 out. 2010.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese**. In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2 edição, 2006 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

LAGO, P.F. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978.

MATTEI, L; LINS, H.N. **Tendências e desafios do desenvolvimento socioeconômico catarinense**. In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

MIOTO, B. T. **O movimento migratórios em Santa Catarina no limiar do século XXI**. 2008. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2008.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e Macro-sociológicas. SOCIUS. Lisboa, 2004. → peguei da net mas tinha discições, deixo assim?

RAVENSTEIN, E. G. **As Leis da Migração**. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

REGENSBURGER, J. **Indústria e espaço urbano: Implicações sócio-espaciais no município de Joaçaba – SC**. 2006. 163 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTA CATARINA, Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. Disponível em:
<<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/joacaba.htm>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SANTA CATARINA, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Municípios de Abrangência. Disponível em:
<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/index_secretariasregionais.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

SINGER, P. **Migrações Internas**: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.

THEIS, M.I. **A dinâmica espacial recente da economia catarinense**. In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.